

Bloco propõe creche gratuita para todas as famílias tal como acontece com a escola pública

O Bloco de Esquerda defende que o acesso à creche deve ser gratuito e universal – tal como acontece com a escola pública – e vai levar esta proposta ao parlamento na discussão do Plano e Orçamento da Região para 2023.

“A gratuidade da creche para todas as famílias deve ser cumprida já. Não faz sentido adiar mais esta medida porque a creche deve ser vista – tal como a escola pública – como universal e gratuita, independentemente do rendimento das famílias”, disse António Lima, em declarações após visita à creche Esperança, em Ponta Delgada.

O deputado do Bloco salientou que, por exemplo, na instituição que visitou esta manhã, 36% das famílias pagam creche, o que desmente as recentes declarações do vice-presidente do Governo Regional, que afirmou que só as famílias a partir de rendimentos de 5 mil euros por mês é que pagam creche.

“Ou nos Açores há muitos milhares de famílias a receber 5 mil euros por mês, ou o senhor vice-presidente não está a dizer a verdade”, salientou António Lima.

O líder parlamentar do Bloco referiu que “com as regras que estão em vigor, uma família com dois ordenados de 1200 euros brutos, por exemplo, já podem pagar creche.

A proposta para assegurar o acesso gratuito a creche para todas as famílias tem que ser acompanhada por um forte investimento na construção de novas creches e na melhoria das que já existem, por forma a dar resposta à enorme lista de espera.

António Lima voltou a deixar fortes críticas ao apoio à natalidade anunciado pelo Governo Regional, no valor de 1500 euros, a que 73% da população dos Açores está impedida de aceder, só porque reside no concelho de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa, Angra do Heroísmo, Horta, Madalena ou Vila do Porto.

António Lima reiterou que este apoio é injusto e discriminatório porque exclui uma grande parte da população, salientando que, ainda por cima, se trata da população de vários concelhos “com maior risco de pobreza e com mais desemprego”.

“A ser criado, este apoio tem que ser atribuído a todas as famílias” por cada nascimento, disse o deputado.

António Lima considera mesmo que este apoio “parece ser mais uma forma para garantir receitas às farmácias do que para ajudar as pessoas”, porque os 1500 euros têm que ser gastos exclusivamente em farmácias.

Perante as declarações do deputado do Chega – que está ligado à criação deste apoio discriminatório – que diz que a obrigação de gastar o apoio exclusivamente nas farmácias é para impedir que o dinheiro seja mal gasto, António Lima considera “lamentável que o Governo dos Açores desconfie desta maneira dos açorianos”, lembrando que, quando nasce um filho, “as famílias têm despesas no supermercado e em lojas de roupa e equipamentos para bebé, e não apenas nas farmácias”.